

Foto de Chico Guedes



Portos de Vitória, Capuaba e Paul tiveram serviços paralisados ontem

Portos da Codesa voltam a funcionar

Hoje, a partir das sete horas, os portos de Vitória, Capuaba e Paul voltam a sua normalidade funcional; a paralisação de advertência será suspensa. Ontem, a greve de um dia atingiu índice de 100%, segundo o presidente do Sindicato Unificado da Orla Portuária (Suport), Eduardo Guterra. O diretor de Operações da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), Paulo Menezes, confirmou o fechamento dos berços portuários. A possibilidade de uma greve geral para o próximo dia 21 foi descartada no Estado. "Antes disso, nós vamos fechar o acordo coletivo com os nossos trabalhadores", sustentou Menezes.

Também ontem foi publicada no **Diário Oficial da União** a portaria nº 290, de 31 de maio, reite-

grando Wilson Calmon Alves ao cargo de presidente da Codesa. Ficou comprovado que, ao contrário do que foi noticiado, a companhia não converteu os salários à Unidade Real de Valor (URV) pelo pico e sim pela média dos quatro meses, como estabelecia a medida provisória. Alves foi afastado da presidência no dia 26 de maio, como também o diretor administrativo e financeiro, Carlos Alberto Ferrari, e o presidente do Conselho da Administração, Francisco Magalhães, e seus membros. Com a portaria do ministro dos Transportes, Rubens Bayma Denys, todos voltam aos seus respectivos cargos.

Negociação

O presidente da Codesa estava

desde terça-feira no Rio de Janeiro, onde participou da reunião da Associação Brasileira de Entidades Portuárias (Abep), como membro. Alves, desde o dia 31 de maio, já exercia as funções do seu cargo, independente da portaria publicada no **Diário Oficial da União**. No seu retorno, as negociações com o Suporte serão reiniciadas, mesmo porque a fase é data-base e a entidade sindical já encaminhou a pauta de reivindicações com mais de 40 itens a serem debatidos.

O presidente do Suport, depois de anunciar que a greve de advertência tinha alcançado êxito, pretendia o quanto antes voltar às negociações com a Codesa. "Na conjuntura da economia atual não podemos apenas ficar concentra-

dos em debater questões salariais, mas fica evidente que temos uma perda salarial de 46%, no período de maio de 93 a junho deste ano. Nós vamos querer superar este problema", avaliou.

Com a greve de 24 horas de ontem - há dois anos e meio não ocorria - deixaram de atracar exatamente sete embarcações com cargas diversas. Os portuários ontem operaram apenas o navio **Glacia Ameghino**, que recebeu 620 toneladas de carne a ser exportada para Israel. Em Vitória, três navios com celulose, feijão e carne; em Paul dois, com ferro gusa e feijão, e em Capuaba, também dois com trigo e produtos siderúrgicos. Os navios que ficaram sem operar na greve de advertência pagam uma taxa de US\$ 10 mil por dia.

Estações aduaneiras têm licitação

A Alfândega do Porto de Vitória promoveu ontem a abertura das propostas para a administração de três novas estações aduaneiras interiores para a região da Grande Vitória (GV), encaminhadas por nove empresas concorrentes. O processo de licitação foi iniciado às 14 horas e estendeu-se até à noite de ontem. A inspetora da Alfândega Edna Brandão Monteiro prevê para a próxima segunda-feira a divulgação das empresas habilitadas nesta etapa do processo de licitação. A previsão se deve ao fato de que os concorrentes têm cinco dias de prazo para recorrer das propostas apresentadas ontem.

A inspetora informou terem sido abertas as propostas das seguintes empresas: Coimex, Tervix, Tora Transportes, Tracomal, Silotec, Tristão, Hiperexport, Morundu e Andrade Gutierrez. Atualmente, o Estado conta com duas estações aduaneiras interiores, administradas por empresas privadas, sendo uma em Cariacica (controlada pela Termix) e outra na Serra (Coimex). Edna diz que dos cinco municípios da GV, apenas Vitória tem uma menor pontuação, significando uma maior dificuldade para vir a ter uma das três novas estações. A explicação é que "Vitória tem uma lei restringindo a passagem de caminhões pesados".

As três empresas vencedoras irão assinar um contrato de permissão para instalar e administrar a estação aduaneira por um prazo de cinco anos. O processo de seleção, através de licitação pública, é rigoroso e cada participante teve de apresentar uma extensa documentação em suas propostas. A aduana deve ter uma área

coberta mínima de cinco mil metros quadrados e a descoberta de 30 mil metros quadrados. O edital exige ainda uma instalação completa e exclusiva para a Receita Federal, com um mínimo de 100 metros quadrados.

Julgamento

O julgamento da licitação ocorrerá em duas fases. A primeira foi a de habilitação, e na segunda etapa, a de classificação. Edna disse que ainda não pode fazer uma previsão de quando serão conhecidos os nomes das empresas vencedoras, uma vez que as participantes de ontem têm um prazo de cinco dias para recorrerem. Depois, na ocasião da assinatura do contrato, as empresas permissionárias da Alfândega do Porto de Vitória irão dar garantias de que não irão transferir, subcontratar ou ceder a terceiros a estação aduaneira. A inspetora explica que esses locais são importantes, porque farão a nacionalização das mercadorias importadas.

Segundo Edna, a carga que é desembarcada nos portos capixabas ainda depende de um procedimento burocrático, conhecido como desembaraço aduaneiro, mesmo que ela esteja transitando pelas ruas. Como exemplo são citados os automóveis estrangeiros, que somente passam a ser nacionalizados nas estações aduaneiras existentes, na Serra ou em Cariacica. Nesses locais, são pagos pelos importadores os impostos e taxas. A empresa concessionária, segundo o contrato a ser assinado, também se obriga a ser a responsável pela guarda de mercadorias e veículos apreendidos pela Receita Federal.